

# Superior Tribunal de Justiça

## AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.541.980 - MT (2019/0204096-7)

**RELATOR** : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**  
**AGRAVANTE** : C A C  
**ADVOGADO** : EDSON SALLES DE SOUZA - MT021382  
**AGRAVADO** : R DE O  
**ADVOGADOS** : ABEL SGUAREZI - MT008347  
ÁLVARO DA CUNHA NETO - MT012069  
ITAMAR DE CAMARGO VIEIRA JUNIOR - MT013224  
PRISCILLA CARVALHO DA CUNHA - MT015893

### EMENTA

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC.** FAMÍLIA. REVISÃO DE PENSÃO ALIMENTÍCIA. LIMITES DA LIDE. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CONVERSÃO DO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL PARA MELHOR ANÁLISE DA CONTROVÉRSIA.

### DECISÃO

C. A. C. (C) ajuizou ação revisional de alimentos, com pedido de tutela antecipada, contra N. L. C. e R. DE O. (N e R), objetivando a redução dos alimentos pagos às requeridas.

O feito foi extinto, sem julgamento de mérito, em relação a N e o pedido foi julgado parcialmente procedente em relação a R.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ, fls. 861/863).

O Tribunal de Mato Grosso deu parcial provimento aos recursos de apelação interpostos por C e R, em acórdão assim ementado:

*RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE REDUÇÃO DE VERBA ALIMENTAR - MODIFICAÇÃO PARA EXTINÇÃO DA OBRIGAÇÃO NO CURSO DA LIDE - IMPOSSIBILIDADE - LIMITES DA LIDE APERFEIÇOAMENTO COM A CITAÇÃO VÁLIDA - NULIDADE DA SENTENÇA - AUSÊNCIA DE PREJUÍZO PARA A PARTE - PRINCÍPIO DO NE PAS SAN GRIEF - NÃO ACOLHIMENTO - DEVOLUÇÃO AO TRIBUNAL DE TODAS AS MATÉRIAS ALEGADAS - REDUÇÃO DA PENSÃO - SENTENÇA REFORMADA - MANUTENÇÃO, DA DECISÃO FEITA EM ACORDO JUDICIAL LITIGÂNCIA DE MÁ FÉ - MULTA DE 10% - VALOR EXCESSIVO - REDUÇÃO PARA 1% - ARTIGO 18 DO CPC/73 - ATO REALIZADO SOBRE ÉGIDE DESTE - ARBITRAMENTO DE HONORÁRIOS EM*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*FACE DA LITIGÂNCIA - SITUAÇÃO QUE COMPORTA COMO DESPESAS A SEREM INDENIZADAS - ARBITRAMENTO PELO JUIZ § 2º, ARTIGO 187 CPC/73. Recurso do autor conhecido e provido em parte, recurso da ré, conhecido e provido em parte (e-STJ, fl. 147).*

Os embargos de declaração opostos por C foram rejeitados e os de R foram parcialmente acolhidos, conforme a seguinte ementa:

*EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - REQUISITOS DO ARTIGO 1.022 E SEUS INCISOS DO CPC - DESPROVIDO DO AUTOR - PROVIDO PARCIALMENTE DA REQUERIDA - EFEITOS INFRINGENTES PARCIALMENTE CONSOLIDADOS. Embargos dos autos rejeitados, embargos da requerida conhecido e parcialmente provido, com efeitos infringentes parciais (e-STJ, fl. 1.170).*

Inconformado, C interpôs recurso especial com base no art. 105, III, *a* e *c*, da CF, sustentando, além de dissídio jurisprudencial, violação dos arts. 1.694, §1º, 1.695, 1.702 e 1.704 do CC/02 e arts. 85, §2º, e 492 do NCPC, bem como art. 15 da Lei nº 5.478/68, aduzindo, em síntese, que (1) a alimentada não necessita da prestação de alimentos, uma vez que foi comprovado nos autos que possui condições financeiras para prover o seu próprio sustento; (2) houve julgamento *ultra petita*, visto que inexistiu qualquer pedido de majoração da verba alimentar; e (3) o valor fixado a título de honorários advocatícios deve ser reduzido (e-STJ, fls. 1.185/1.210).

Contrarrazões do recurso especial (e-STJ, fls. 1.288/1.325).

Em juízo de admissibilidade, o Tribunal de Mato Grosso inadmitiu o apelo nobre, em virtude da incidência da Súmula nº 7 do STJ (e-STJ, fls. 1.327/1.333)

C interpôs o presente agravo em recurso especial, sustentando a ofensa aos dispositivos de lei federal e dissídio jurisprudencial, além de afirmar a inaplicabilidade da Súmula nº 7 do STJ. No mais, repisou as razões contidas no especial (e-STJ, fls. 1.338/1.366)

Foi apresentada contraminuta (e-STJ, fls. 1.372/1.408).

O Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do agravo em recurso especial (e-STJ, fls. 1.421/1.426).

É o relatório.

DECIDO.

Considerando as razões expostas, para melhor examinar a controvérsia suscitada, DETERMINO a CONVERSÃO do presente agravo em recurso especial.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 03 de outubro de 2019.

Ministro MOURA RIBEIRO

Relator

